

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 052

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 004/2002**

Data: 25 de abril de 2002.

SÚMULA:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - meses de janeiro e fevereiro de 2002, conforme Resolução nº 15, de 19.06.92.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme o artigo 14 da Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE ABRIL DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Cesar Seleme.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guima-

rães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (53). Achando-se em licença o senhor deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 1009**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da ordem do Dia do Projeto de Lei nº 233/99, para parecer da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente (Geovana Bezerra - Caixa Econômica Federal de Chopinzinho-PR - CEP 85560-000) com votos de profundo pesar à família Araújo Bezerra, pelo falecimento do senhor Osvaldo de Araújo Bezerra, do município de São João-PR.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Vereador, candidato a prefeito e secretário Municipal de Educação, o senhor Osvaldo de Araújo Bezerra, do município de São João, deixa saudades a toda sua família. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção honestidade e integridade.

Homem humilde, iniciou a sua vida pública em São João. Com certeza, jamais e em tempo algum fez

sequer uma inimizade, sobretudo em função da sua maneira calma, tranqüila e serena de ser.

O município de São João encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna, e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nessa hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Orozimbo Correia Mello, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1018

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Sérgio von Mühlen, que ocorreu no último dia 28 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família enlutada através de sua esposa e viúva, Sra. Zélia von Mühlen, por meio de correspondência a ser encaminhada, Rua Paraíba, nº 33, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar à família do vereador Arildo Farias de Oliveira. Sua vida e sua luta foram ceifadas pela violência neste dia 30 de abril de 2002, aos 52 anos. Deixa esposa, filhos e netos.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos o falecimento do senhor Arildo Farias de Oliveira, que durante sua vida, primou pela

honradez nos setores em que atuou, fundando a sua existência na brilhante carreira política como vereador de Tijucas do Sul.

Ao falecer aos 52 anos, deixa não apenas a família enlutada, mas também os companheiros vereadores, prefeitos, e os amigos que o admiraram.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 265/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Abapan, com sede e foro no município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Distrito da Apadan, entidade sem fins lucrativos, tem realizado um maravilhoso trabalho junto à coletividade de toda a região, procurando promover e contribuir com o desenvolvimento da vida comunitária do distrito.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 266/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos servidores públicos estatutários e celetistas ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública direta e indireta e seus dependentes do Estado do Paraná, bem como aos policiais militares do Estado ativos, da reserva remunerada e reformados.

Parágrafo Único - O ingresso no sistema de que trata esta lei será facultativo, mediante Termos de Adesão.

Art. 2º - O sistema de Assistência Médico-Hospitalar será destinado às ações de medicina preventiva e curativa e se dará mediante aplicação do programa de assistência médica e hospitalar, através de ambulatórios próprios e/ou de empresas credenciadas para essa finalidade.

Art. 3º - As condições de funcionamento do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar serão definidas através de regulamento a ser aprovado mediante Decreto.

Parágrafo Único - O Regulamento do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar dos Servidores Públicos Estaduais especificará o modelo de assistência, a abrangência e as restrições dos procedimentos médico-hospitalares postos à disposição dos beneficiários pelas instituições credenciadas.

Art. 4º - O Sistema de Assistência Médico-Hospitalar será custeado pelas seguintes fontes de receita;

I - contribuição mensal dos beneficiários, estabelecida conforme faixa etária e número de dependentes;

II - Repasse mensal do tesouro estadual no momento de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

III - recursos provenientes de renda de aplicações no mercado financeiro do Fundo Paraná Saúde Funcional, referido no *caput* do artigo 8º desta lei, na forma da legislação vigente;

IV - outros recursos eventuais.

Paraná Único - O valor previsto no inciso II desse artigo, deverá ser corrigido de acordo com os índices fixados pela Agência Nacional de Saúde - ANS para correção dos planos de saúde.

Art. 5º - As transferências do valor da contribuição, de que trata este artigo, deverão ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência.

Art. 6º - O custeio do Sistema será avaliado atuarialmente numa periodicidade não superior a 12 (doze) meses ou sempre que se fizer necessário, a cada alteração de plano ou desvio de sinistralidade.

Art. 7º - São beneficiários do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar, de que trata esta lei:

I - Na condição de titular, o servidor ativo, inativo e pensionista, os policiais militares ativos, da reserva remunerada e reformados;

II - Na condição de dependente:

a. cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, menor de 21 anos ou definitivamente inválido ou incapaz;

b. os filhos que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino superior, oficial ou reconhecido, se menores e 25 anos, solteiros e sem renda.

§ 1º - A perda da condição de servidor público, ativo, inativo ou pensionista, policial militar ativo, da reserva ou reformado, implicará no cancelamento automático da adesão ao Sistema de Assistência Médico-Hospitalar.

§ 2º - Fica autorizada a ParanaPrevidência a efetuar o repasse das contribuições relativas aos servidores inativos e pensionistas, policiais militares ativos, da reserva e reformados para custeio do Sistema de Assistência

Médico-Hospitalar, após a assinatura pelo servidor do correspondente Termo de Adesão ao Sistema.

Art. 8º - Fica criado o Fundo ParanaSaúdeFuncional com a finalidade de concentrar os recursos destinados à prestação de serviços de assistência médica e hospitalar, mediante a aplicação em despesas correntes e de capital.

§ 1º - O Fundo ParanaSaúdeFuncional, instrumento e natureza contábil de repartição de capital e de cobertura, com conta específica para movimentação dos recursos, vedada a transferência dos mesmos para outra finalidade, tendo como fontes de receita, as mencionadas no artigo 4º desta lei.

§ 2º - O Poder Executivo, mediante decreto, disciplinará a matéria constante deste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e legislação complementar.

Art. 9º - Fica instituído o ParanáSaúdeFuncional, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência à saúde dos servidores públicos estatutários e celetistas estaduais, civis e militares, da ativa ou aposentado, seus dependentes legais e pensionistas.

§ 1º - O ParanáSaúdeFuncional tem sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

§ 2º - O prazo de duração do ParanaSaúdeFuncional é indeterminado.

§ 3º - O exercício financeiro do ParanaSaúdeFuncional coincide com o ano civil.

§ 4º - O ParanaSaúdeFuncional reger-se-á por esta lei e por seu estatuto.

Art. 10 - O ParanaSaúdeFuncional se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado da Administração, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º - O Superintendente do ParanaSaúdeFuncional é o designado pelo governador, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com os planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo seu Conselho de Administração, observando os termos do Contrato de Gestão.

§ 2º - O Superintendente do ParanaSaúdeFuncional tomará posse perante o Conselho de Administração, em reunião convocada para este fim.

Art. 11 - A direção superior do ParanaSaúdeFuncional é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, com-

posto por 1 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 5 (cinco) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 01 (um) Superintendente, 01 (um) Diretor Médico, 01 (um) Diretor de Administração e Finanças e 01 (um) Diretor Jurídico.

Art. 12 - O superintendente é membro honorário do Conselho de Administração, de cuja reuniões participará com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 13 - São membros natos do Conselho de Administração do ParanaSaúdeFuncional o:

- a) secretário de Estado da Administração;
- b) secretário de Estado das Finanças;
- c) 01 (um) representante indicado pela Associação dos Servidores Públicos.

Art. 14 - São membros efetivos do Conselho de Administração do ParanaSaúdeFuncional:

- a) 01 (um) representante indicado pelos funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná;
- b) 01 (um) representante indicado pelo Ministério Público do Estado do Paraná;
- c) 01 (um) representante indicado entre os funcionários públicos estaduais aposentados;
- d) 01 (um) representante indicado pela Associação Médica Paranaense;
- e) 01 (um) representante indicado pela Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná.

Parágrafo Único - A designação dos representantes dos órgãos de classe, para compor o Conselho de Administração, deverá ser acompanhada com a indicação do respectivo suplente.

Art. 15 - Os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem ao ParanaSaúdeFuncional que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 16 - O superintendente, o diretor médico, o diretor de administração e Finanças e o diretor jurídico são cargos de recrutamento amplo, escolhido pelo secretário de Estado da Administração, remunerados nos termos do Plano de Cargos e Salários, previstos no artigo 19 desta lei.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 17 - O ParanaSaúdeFuncional tem por objetivos:

I - gerir o Fundo Paraná Saúde Funcional instituído nos termos que dispõe o artigo 34, inciso XIV e artigo 42 da Constituição Estadual e artigo 80 desta lei;

II - promover ações destinadas a prestar assistência médica à saúde dos servidores públicos estaduais, ativos,

inativos, pensionistas e seus dependentes legais, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III - promover ações destinadas a atender a realização de exames complementares para os servidores públicos estaduais, ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes legais;

IV - promover ações destinadas a atender internações hospitalares que forem necessárias aos servidores públicos estaduais e seus dependentes;

V - promover ações de prevenção e saúde aos servidores públicos estaduais e seus dependentes;

VI - contribuir para a eficiente aplicação de recursos públicos, promovendo para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos e administrativos;

Parágrafo Único - O ParanaSaúdeFuncional elaborará um plano circunstanciado de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais e seus dependentes que será parte integrante de seu estatuto.

Art. 18 - O ParanaSaúdeFuncional poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas físicas, jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão e do estatuto, referidos nesta lei.

Capítulo III

Da Competência e Atribuições dos Órgãos da Administração Superior

Art. 19 - Ao Conselho de Administração do ParanaSaúdeFuncional compete:

- I - aprovar o seu Regimento Interno;
- II - fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade *ad referendum* do Governo do Estado;
- III - fixar, anualmente, de acordo com as disponibilidades, o montante de recursos a serem colocados à disposição da Assistência Médico-Hospitalar;
- IV - baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros internos e externos disponíveis;
- V - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade;
- VI - fixar condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários;
- VII - definir critérios de utilização e repasse de recursos não reembolsáveis;
- VIII - definir objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;
- IX - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;
- X - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XI - analisar e aprovar os relatórios circunstanciados sobre a execução do plano de assistência à saúde;

XII - aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade;

XIV - definir e quantificar os cargos e funções necessárias à entidade por proposta da Diretoria Executiva;

XV - aprovar o estatuto da entidade, bem como, as suas alterações.

Art. 20 - A competência, atribuições e o funcionamento da diretoria executiva e das demais unidades do ParanaSaúdeFuncional serão definidas em Estatuto.

Art. 21 - O Conselho de Administração, constituído por decreto do Governador, reunir-se-á, sob a presidência do Superintendente da entidade, para escolher o seu presidente e secretário, que cumprirão mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os membros e os efetivos, e respectivos suplentes do Conselho de Administração, tomam posse, perante o Superintendente da entidade, assinando o Termo lavrado em livro próprio.

Capítulo IV

Do Estatuto e do Registro

Art. 22 - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do superintendente do ParanaSaúdeFuncional, o estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º - Aprovado o estatuto, o presidente e secretário do Conselho de Administração, procederão a elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º - A reforma do Estatuto depende de proposta do superintendente, da diretoria executiva ou do membro do Conselho de Administração.

§ 3º - As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo governador, serão levadas a registro no Cartório de Registro Civil das pessoas Jurídicas, por ato do presidente e secretário do Conselho de Administração.

Capítulo V

Do Contrato de Gestão

Art. 23 - O ParanaSaúdeFuncional fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

§ 1º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu governador, com a interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda e a da Administração e o ParanaSaúdeFuncional, por intermédio do seu superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do ParanaSaúdeFuncional;

II - permitir à Diretoria Legislativa capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pelo ParanaSaúdeFuncional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços.

III - permitir à Diretoria Legislativa estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos licitatórios simplificados, observados os princípios inseridos nas Constituições e na legislação atinente em vigor, em especial a Lei nº 8.666, ou a que lhe vier a suceder, publicando as normas em Diário Oficial do Estado;

IV - instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades a cargo do ParanaSaúdeFuncional;

V - fixar as condições de remuneração e de repasse das receitas financeiras da entidade.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionado pela Secretaria de Estado da Administração e fiscalização pela Assembléia Legislativa do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

Capítulo VI

Do Controle e da Fiscalização

Art. 24 - As contas do ParanaSaúdeFuncional deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembléia Legislativa e pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - O ParanaSaúdeFuncional encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado da Administração, que enviará à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em

Planos de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e nos correspondentes Orçamentários, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenhos gerenciais cabíveis.

Capítulo VII

Das Receitas

Art. 25 - Constituem receitas do ParanaSaúdeFuncional:

I - a remuneração pelo gerenciamento do Fundo ParanaSaúdeFuncional;

II - rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do ParanaSaúdeFuncional no mercado financeiro;

III - produto resultante de juros e amortizações e aplicações de recursos do ParanaSaúdeFuncional;

IV - participação dos usuários no custo do plano de assistência;

V - aporte de recursos estaduais e federais de qualquer natureza;

VI - recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

VII - outras rendas eventuais;

VIII - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras modalidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

IX - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

X - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

XI - recursos provenientes de fundos especiais;

XII - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

XIII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

XIV - receitas provenientes de alienação de bens móveis e imóveis;

XV - outros recursos que lhe venham ser destinados.

Parágrafo Único - Das receitas mencionadas, no inciso I deste artigo, será apropriado, mensalmente, valor necessário destinado à manutenção da entidade.

Capítulo VIII

Do Regime Jurídico dos Servidores

Art. 26 - As ações do ParanaSaúdeFuncional compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços, de sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolida-

ção das Leis do Trabalho - CLT e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

Art. 27 - A Diretoria Executiva do ParanaSaúdeFuncional, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua posse, apresentará um Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a política salarial e de benefícios dos empregados, com a instituição de plano de carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

§ 1º - Os valores dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos anualmente.

§ 2º - O Plano de Cargos e Salários, bem como as suas revisões e alterações, deverão ser apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração.

Capítulo IX

Do Patrimônio do ParanaSaúdeFuncional

Art. 28 - O patrimônio do ParanaSaúdeFuncional será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar ao ParanaSaúdeFuncional.

Art. 29 - Com a extinção do ParanaSaúdeFuncional, os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

Capítulo X

Do Programa de Assistência Médico-Hospitalar

Art. 30 - O Programa de Assistência Médico-Hospitalar, instituído nos termos que dispõe os artigos 34, inciso XIV e 42 da Constituição Estadual, e atendendo ao que for estabelecido em Regulamento específico, editado pelo superintendente da ParanaSaúdeFuncional, aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pelo secretário de Estado da Administração, abrangerá, em favor dos servidores públicos e seus dependentes legais, assistência médico-hospitalar, que poderá ser prestado em estabelecimentos próprios da ParanaSaúdeFuncional ou mediante contratação de prestadores de serviços públicos ou privados.

§ 1º - A contratação de terceiros para prestação dos serviços que trata este artigo, observado o que dispõem os artigos 12, 1, h e 32, § 1º, será de competência conjunta do superintendente e do diretor médico, mediante regras a serem estipuladas no Regulamento.

§ 2º - A remuneração dos serviços médicos, hospitalares e complementares deverá ser fixada em tabela própria da ParanaSaúdeFuncional observado o artigo 19.

§ 3º - Os dependentes legais, somente serão abrangidos pelos serviços médico-hospitalares e complementares de que trata este artigo desde que haja, por parte do servidor, contribuição específica, calculadas atuarialmente nos termos a serem fixados em Regulamento pela ParanaSaúdeFuncional.

§ 4º - Mediante convênio, com elaboração de cálculo atuarial específico, aos detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo Estadual e aos titulares de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com o Estado, poderão ser prestados os serviços médico-hospitalares de que trata este Capítulo.

Art. 31 - A Assistência Médico-Hospitalar a ser estabelecida no Regulamento de que trata o artigo 30, será tão ampla quanto permitirem os recursos disponíveis para este fim, assegurando-se, no mínimo:

- a) consultas médicas eletivas e atendimento emergencial, em número ilimitado;
- b) exames complementares de diagnósticos e de tratamento e demais procedimentos ambulatoriais,
- c) internamentos eletivos e emergenciais clínicos, cirúrgicos, obstétricos, pediátricos e internações em Unidade de Terapia Intensiva - UTI, com cobertura por procedimento;
- d) tratamento fisioterápico.

§ 1º - O Conselho de Administração deverá fixar o nível de cobertura dos serviços, com base na arrecadação prevista, ocasião em que deverá estabelecer limitação para exames de custo elevado e fixação de elementos moderadores para consultas eletivas, emergenciais e exames complementares.

§ 2º - O Regulamento de que trata o *caput* deste artigo deverá estabelecer taxativamente os procedimentos que não estarão cobertos pelo Fundo ParanaSaúdeFuncional.

§ 3º - Na fixação dos elementos moderadores se deverá estabelecer valores mínimos e máximos, a serem pagos pelo servidor ou pensionista.

Capítulo XI

Do Custeio da Assistência Médica-Hospitalar

Art. 32 - As contribuições dos detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo Estadual e dos titulares de cargos em comissão, sem vínculo funcional efetivo, para cobertura dos benefícios de Assistência Médico-Hospitalar, será objeto de fixação nos convênios neles mencionados.

Art. 33 - A contribuição mensal do Estado para o Fundo ParanaSaúdeFuncional constituirá no percentual de 2% dos valores creditados em folha de pagamento do total das remunerações, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos, dos militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados e pensionistas.

Art. 34 - É obrigação do Estado:

I - efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de competência, a transferência, em espécie, da contribuição mensal que lhe couber, para o Fundo ParanaSaúdeFuncional, nos termos dos artigos 32, 33, 34 e 35;

II - proceder, mensalmente, o desconto, sobre a respectiva remuneração, da contribuição dos segurados ativos participantes do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar, repassado à ParanaSaúdeFuncional, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil, após pagamento dos vencimentos;

III - fornecer, no prazo fixado no inciso I deste artigo, o montante destinado à cobertura das despesas administrativas, nos termos do Parágrafo Único do artigo 25;

§ 1º - Na hipótese de mora no recolhimento ou repasse, pelo Estado, das verbas de que tratam os incisos, I, II e III, pagará ele, à ParanaSaúdeFuncional, pelo atraso, atualização e juros moratórios legais.

§ 2º - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, sem prejuízo da aplicação aos responsáveis pela mora, a ParanaSaúdeFuncional deverá ingressar em juízo, buscando obter medida cautelar de arresto, seqüestro ou outro meio que possa assegurar o bloqueio e a disponibilização de recursos existentes na conta do Tesouro Estadual.

§ 3º - Sob pena de incidir em infração administrativa, a medida prevista no parágrafo anterior deverá ser tomada de forma compulsória pelo Superintendente da ParanaSaúdeFuncional, até 10 (dez) dias após a constatação da ausência de recolhimento.

§ 4º - O Governador do Estado, os Presidentes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e o Procurador Geral da Justiça, serão responsáveis na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições a cargo desses órgãos não ocorram nas datas e condições estabelecidas nesta Lei, o mesmo ocorrendo aos servidores ordenadores de despesas encarregados de pagamento e dos recolhimentos das contribuições referidas.

Capítulo XII

Do Regime Financeiro e Contábil

Art. 35 - O regime financeiro do Programa de Assistência Médico-Hospitalar e Complementar a cargo do Fundo ParanaSaúdeFuncional será o de repartição de capital e de cobertura, sendo que, do montante total da arrecadação, o excedente será destinado à formação de fundo de reserva.

Art. 36 - O exercício financeiro da ParanaSaúdeFuncional coincidirá com o ano civil.

Art. 37 - A ParanaSaúdeFuncional manterá sua contabilidade, seus registros e seus arquivos atualizados,

para facilitar a inspeção permanente e o controle das contas por Auditoria e pelo Conselho de Administração.

Art. 38 - A ParanaSaúdeFuncional contará com assessoria de Atuário externo, que emitirá Nota Técnica Atuarial e parecer sobre o exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade do Plano de Custeio Atuarial, para dar cobertura ao Programa de Assistência Médico Hospitalar.

Art. 39 - A ParanaSaúdeFuncional poderá celebrar contratos e convênios, a fim de realizar seus objetivos institucionais.

Capítulo XIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 40 - Ao atual servidor em exercício no Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE, assegurar-se-á o aproveitamento desde que:

I - o requeira formalmente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da aprovação do Plano de Cargos e Salários;

II - haja cargo vago disponível e compatível com a sua formação e especialização;

III - seja considerado de interesse da entidade, a critério exclusivo da Comissão instituída para decidir sobre a matéria;

IV - se desvincule do serviço público e, se for o caso, de qualquer outra atividade profissional remunerada.

§ 1º - Em relação ao constante do inciso IV, deste artigo, assegurar-se-á a permanência dos servidores estáveis do IPE, na forma prevista no artigo 240 e seguintes, da Seção VII, do Capítulo X, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, por um período não superior a 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual e se não tiver interesse em permanecer no ParanaSaúdeFuncional será realocado em conformidade com o estabelecido no artigo 25 desta lei.

§ 2º - O aproveitamento mencionado no *caput* deste artigo, independe de seleção competitiva, podendo, no entanto, nos casos em que a Comissão considerar conveniente, se dar a vista de seleção interna de caráter eliminatório, com o objetivo de auferir do servidor qualificação mínima, para o exercício do cargo.

Art. 41 - A Secretaria de Estado da Administração promoverá a realocação dos servidores estáveis do Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE, nos termos da legislação em vigor, cumpridas as opções e formalidades previstas no artigo 34.

Parágrafo Único - No processo de extinção do IPE, ao servidor em exercício, em regime diverso do estatutário, serão assegurados todos os direitos, definidos em lei.

Art. 2º - As dotações orçamentárias cosignadas no Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 2001, serão transferidos ao ParanaSaúdeFuncional, com a finalidade de assegurar a continuidade operacional das ações e objetivos da autarquia extinta e nos termos do Contrato de Gestão, constante desta lei.

Parágrafo Único - Os saldos das dotações referidas serão utilizados, após consumada a extinção do IPE, na abertura de créditos adicionais necessários ao atendimento do que dispõe o presente artigo.

Art. 43 - A Diretoria Executiva do ParanaSaúdeFuncional, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, da publicação desta lei, promoverá a sistematização da legislação estadual em vigor.

Art. 44 - A Lei nº 12.398 de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - Fica criado o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná compreendendo o Programa de Previdência de que são beneficiários, nos termos desta Lei, os servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas”.

Art. 12 - Compete ao Conselho de Administração:
Inciso I - aprovar:

b) a Nota Técnica Atuarial e a regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários, de Custeio e de Aplicações e Investimentos;

j) o Parecer Atuarial do exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio para dar cobertura do Plano de Benefícios Previdenciários;

inciso II - autorizar a aceitação de bens oferecidos pelo Estado, a título de dação em pagamento, nos termos do artigo 85 e seus parágrafos;

inciso III - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações;

Art. 27 - A ParanaPrevidência constituirá, como parte de seu patrimônio, mas com identidade jurídico-contábil, Fundos de Previdência e Financeiro, de Natureza Previdenciária, com destinação específica ao Plano de Benefícios Previdenciários.

Parágrafo Único - Os Fundos de Natureza Previdenciária, integrantes do patrimônio da ParanaPrevidência, serão dotados de identidade jurídico-contábil estabelecida pelo *caput* deste artigo, e arcarão com as responsabilidades pelos benefícios correspondentes, sendo-lhes destinados recursos respectivos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

Art. 28 - Os Fundos de Natureza Previdenciária serão constituídos: Inciso II - pelas dações em pagamento efetivadas pelo Estado e destinadas especificamente a cada um dos Fundos;

Ad. 32 -

§ 4º - Não serão sujeitos aos limites referidos no § 20 deste artigo os bens móveis e imóveis que componham as dações efetuadas pelo Estado à Parana-previdência, em relação aos quais fica estipulado o prazo de 10 anos para o enquadramento nos citados limites.

Ad. 68 - Salvo quanto ao valor devido aos Programas de Previdência ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de procuração, com poderes irrevogáveis ou em causa própria, para o seu recebimento.

Ad. 69 - Inciso I - as contribuições e valores devidos pelo segurados e pensionistas aos Fundos de Natureza Previdenciária;

Art. 83 -...

§ 2º - O pagamento, pelo Estado, das contribuições mensais a que se referem os incisos I e II do ad. 78 e os incisos I e II deste artigo, poderão ser efetivadas com recursos em espécie e dações, sendo os pagamentos com recursos em espécie nos seguintes percentuais mínimos mensais:

§ 3º - No caso das dações não serem suficientes para atingir a complementação necessária prevista no parágrafo anterior, o Estado deverá completar com recursos em espécie.

§ 4º - Na integralização do percentual a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados os valores das dações previstas no ad. 85.

Art. 85 - O Estado poderá fazer dação em pagamento para os Fundos de que trata esta Lei, mediante a transferência, por aquele, de bens móveis ou imóveis, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da Parana-previdência.

§ 6º - O valor das dações feitas pelo Estado e incorporadas ao patrimônio da Parana-previdência será atuarialmente considerado em cada reavaliação da contribuição previdenciária mensal do Estado, respeitado sempre o limite mínimo, também atuarialmente fixado, de aporte em dinheiro.

Ad 91 - A Parana-previdência contará com Plano de Contas, Orçamento Anual e Plurianual e Programas de Benefícios Previdenciários, de Custeio Atuarial e de Aplicação de Investimentos, visando sempre ao equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Art. 98 - O Estado é solidariamente responsável com a Parana-previdência, pelo pagamento dos benefícios a que fizerem jus os segurados e pensionistas, participan-

tes do Plano de Benefícios Previdenciário a cargo dos Fundos de Previdência.

Art. 99 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto a ser ratificado pela Assembléia Legislativa, alterar os percentuais previstos nos artigos 78, 79, 83 e 84 desta Lei, desde que o custo total o Plano de Benefícios Previdenciários, com base em cálculo atuarial, observado como limite o estabelecido na Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

Art. 102 -...

§ 1º - Se extinta a Parana-previdência, será seu patrimônio destinado ao Estado do Paraná, sendo obrigação deste manter a identidade e os fins dos Fundos de Previdência, e os direitos adquiridos dos benefícios a eles vinculados não podendo, em nenhuma hipótese, descaracterizá-los, extingui-los ou incorporá-los ao Tesouro Estadual.

Art. 103 -...

§ 7º - Até que a Parana-previdência assuma os encargos de que trata este artigo, será obrigação do Estado manter e pagar os benefícios previdenciários hoje existentes, destinados aos atuais servidores ativos, inativos e aos militares do Estado, bem como seus respectivos pensionistas e dependentes.

Art. 105 - Fica o Estado do Paraná, suas Autarquias e Fundações, autorizados a transferir para a Parana-previdência, para a manutenção dos Fundos de Natureza Previdenciária, a título de dação em pagamento.

Art. 108 - Fica terminantemente proibido o uso de recursos dos Fundos de Natureza Previdenciária para pagamento de qualquer benefício às pessoas inscritas no atual regime de previdência e que não puderem ser inscritas na Parana-previdência.

Art. 110 - O Estado do Paraná deverá figurar como litisconsorte e assistente, em todos os processos judiciais em que a Parana-previdência for parte do pólo passivo, e que digam respeito a benefícios previdenciários”.

Art. 45 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes administrativos e orçamentários decorrentes dos dispositivos desta lei.

Art. 46 - Ficam extintos os seguintes cargos, de provimento em comissão, a que se refere o artigo 115 da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998: 01 (um) cargo de superintendente, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de secretário executivo, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de assistente, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de assistente, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de chefe de gabinete, símbolo 3-C; 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 7-C.

Art. 47 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação desta lei, utilizando como recursos às formas previstas no § 1º do Ad. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Ad 16 - Ficam revogadas a alínea "T" do inciso II do artigo 8º, artigo 19, § 6º do artigo 28, inciso II do artigo 29, inciso II do artigo 30, § 5º do artigo 6º, artigo 76 e seus parágrafos, artigo 77 e seus parágrafos, artigo 79, artigo 84, § 2º do artigo 89, § 1º do artigo 103, todos da Lei nº 12.398/98.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 5.303, de 04 de fevereiro 2002 e as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela se justifica pela necessidade de oferecer um instrumento eficiente de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

As iniciativas tomadas até então pelo Poder Executivo, tem sido uma sucessão de desencontros, onde o próprio governo teve que voltar atrás em face de inúmeras decisões judiciais que invalidaram tais medidas, por ilegalidade e inconstitucionalidade.

O projeto em epígrafe apresenta uma proposta que corrige as distorções já vistas, oferecendo uma assistência adequada ao conjunto dos servidores, evitando-se as distorções como agora vistas, onde regiões como Apucarana e Ponta Grossa onde não houve credenciamento de hospitais, devendo os servidores fazer longas viagens para receber atendimento, bem como corrigindo as ilegalidades e inconstitucionalidades.

PROJETO DE LEI Nº 267/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo, suas autarquias, conselhos, fundações, agências, empresas públicas, empresas de economia mista, coligadas ou controladas pelo Estado ficam obrigados a anunciarem os custos de todo e qualquer anúncio, peça ou campanha publicitária.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior seguirá as condições de anúncio de acordo com a natureza da peça publicitária e se regerá como segue:

I - Todas as peças publicitárias deverão anunciar, de forma clara e visível, os valores referentes aos anúncios veiculados, bem como a rubrica orçamentária de onde provirão os recursos para tal finalidade, com os seguintes dizeres: "este informe publicitário custou aos cofres públicos estaduais a importância de R\$...".

II - Os dizeres que se farão anunciar nas peças publicitárias, conforme trata o inciso I, terão sua diagramação expressa de forma clara, visível, inteligível, audí-

vel e que não se confunda com a diagramação da peça na sua forma estética e visual.

III - Os valores a serem anunciados, conforme o tratado no artigo 1º, compreendem o custo total da natureza da peça publicitária contratada, não podendo tais valores anunciados dizerem respeito a mais de uma peça publicitária de natureza diferenciada da utilizada.

IV - Entenda-se custo total, a soma dos valores referentes à criação, produção e veiculação do anúncio, peça ou campanha publicitária.

V - Entenda-se natureza da peça publicitária a mídia impressa (out-door, jornais, revistas, folders, cartazes, panfletos, faixas, materiais em silk-screen e espaços reservados em veículos), falada/televisiva (televisão, retransmissores, circuitos internos, rádios, jingles, informes comerciais e educativos) e eletrônica (painéis, eletrônicos e redes de correios eletrônicos).

Art. 3º - No caso de peças publicitárias que se utilizarão do veículo definido como "mídia falada/televisada" os dizeres referidos no artigo 1º deverão ser pronunciados ao final do texto publicitário e com o timbre de voz diferente daquele que promove a peça publicitária.

Parágrafo Único - Mesmo no caso de inexistência de locução na imagem televisada, a peça publicitária deverá reservar, ao seu final, trecho sonoro com dizeres estipulados no artigo 2º, inciso I, desta lei.

Art. 4º - No caso de peças publicitárias que utilizarem o veículo definido como "mídia eletrônica" os dizeres referidos no artigo 1º deverão ser visualizados ao final da peça publicitária.

Art. 5º - Nos casos em que houverem peças publicitárias de quaisquer veículos e instrumentos, produzidas em regime de parceria ou convênios, entre o Executivo Estadual, suas administrações direta e indireta, com demais níveis de governo ou com a iniciativa privada, deverão ser adotados os mesmos procedimentos dos artigos e incisos anteriores no tocante à participação do Executivo Estadual e das administrações direta e indireta já referidas no artigo 1º desta lei.

Art. 6º - As despesas com a execução desta lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário devendo as previsões futuras destinar recursos para o seu fiel cumprimento.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Fruto das constantes transformações vivenciadas pelo mundo contemporâneo, hoje vivemos uma realidade em que a mídia é fundamental para a sociedade, seja refe-

rindo-se ao seu poder democratizador da informação, que hoje tem potencial de informar milhões em questão de segundos, seja pelo seu caráter formador de opinião.

Como não poderia deixar de ser, a mídia é importante para o Estado em sua atuação. Deve ser utilizada para informar os cidadãos dos serviços que estão à disposição da sociedade e das obras públicas de melhoria da infra-estrutura; isso é não somente legal mas legítimo. Entretanto, utilizá-la para fazer propaganda política explicitamente se constitui em prática condenável, jurídica e legalmente.

Portanto, a utilização da propaganda deve ser feita, fundamentalmente, de forma transparente. Acreditamos que o informe dos volumes de recursos utilizados para a propaganda é fundamental para que essa transparência se efetive, dando, também, à população condições de avaliar se a informação que está recebendo é realmente necessária e se os recursos utilizados não estão extrapolando os limites do bom senso. Afirmamos isso porque um governo, seja ele municipal ou estadual, gastar recursos que superam os destinados por grandes empresas multinacionais, afamadas pelos constantes apelos à propaganda, é exemplo clássico de má utilização dos recursos através da mídia, de forma populista e injusta. Isso já ocorreu e ocorre, como sabemos.

Não ver com bons olhos a transparência na utilização dos recursos públicos é o legado da cultura política brasileira aos poderes públicos. Na tentativa de se corrigir esse grave equívoco apresentamos esta proposição, que poderá se constituir em importante instrumento na fiscalização das ações dos poderes públicos, obrigando-o a ter transparência em suas ações de publicidade.

Por fim, queremos ainda afirmar que o presente projeto se apresenta em consonância ao que estabelece o artigo 37, da Carta Magna Federal, já que dispõe:

“Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

(Grifos nossos)

Acreditando que esse espírito de construção da cidadania permeia esta Casa de Leis, clamamos aos nobres pares para que acatem a proposição que ora apresentamos, dando, assim, mais uma demonstração efetiva de que o Legislativo Estadual prima pela transparência.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a esta tribuna para dizer que nos últimos tempos, e particularmente neste ano, criou-se uma situação até certo ponto inédita, onde todas as forças políticas, com mandato, com representação popular, se unem para vir até o secretário da Segurança, até o governo do Estado e cobrar desses que reforcem o esquema de segurança, que façam a sua parte para minimizar esse grave problema que estamos vivendo na região de fronteira e, particularmente, em Foz do Iguaçu.

É redundância falar aqui, até porque todos os parlamentares acompanham pela imprensa o elevadíssimo número de mortes violentas em Foz do Iguaçu, chegando a bater recordes de regiões consideradas violentas como a Baixada Fluminense, como a grande região de São Paulo, atingindo a uma morte violenta por dia, em média, em Foz do Iguaçu.

Não podemos nos calar; esqueçamos até as divergências políticas, partidárias, administrativas. Este parlamentar que vos fala, o deputado Chico Noroeste, o prefeito Sâmis da Silva, os três, com representação parlamentar no município, com representação junto ao governo do Estado, nos unimos para clamar, para cobrar, e até mesmo para exigir que o governo tome providências no sentido de reforçar a estrutura da Polícia Civil, da Polícia Militar, melhorar a atuação da Polícia Civil, da Polícia Militar, mais homens para as Polícias Civil e Militar, porque do jeito que está, não dá! A cidade de Foz do Iguaçu vive um momento dramático de crise total em todos os sentidos, mas a falta de segurança está gerando uma intranquilidade enorme para a população e está matando a “galinha dos ovos de ouro”.

Foz do Iguaçu tem que viver da sua imagem; é uma cidade turística. Tem que vender para o Paraná, para o Brasil e para o mundo a imagem de uma cidade organizada, uma cidade segura, senão o turista não vem e ele não vindo, acontece o que está acontecendo hoje, hotéis demitindo funcionários em massa, restaurantes e empresas de turismo fechando e a crise cada vez se agravando mais. Segurança para Foz do Iguaçu é uma coisa vital, é fundamental, não só para a segurança da população em si, mas também para que a cidade tenha condições de ter vida econômica.

É por isso que eu faço questão de registrar, senhor presidente, senhores deputados, que pela primeira vez na história de Foz do Iguaçu as correntes políticas, divergentes da cidade, sentam à mesma mesa, recorrem a quem tem que recorrer, que é a autoridade máxima na área de segurança, que é o secretário de Segurança, para cobrar, para exigir dele atitudes enérgicas e imediatas no sentido de melhorar a segurança em nossa cidade.

Lamentavelmente nós não temos tido eco nem nesta Casa e nem junto ao governo nessa questão da segurança. Ainda há poucos dias, por uma deliberação do governador, num gesto de boa vontade, autorizou um novo concurso para a Polícia Militar, e para nossa estra-

nheza, na hora da distribuição desses parques, poucos cargos que vão ser preenchidos com novos policiais militares, mais uma vez a grande maioria dos cargos fica para Curitiba, e Cascavel fica com apenas quarenta homens, que é para atender, inclusive a região de V. Exa., caro presidente, na beira do lago.

Mais do que colocar 40 homens ali, tínhamos que instalar, urgentemente, o batalhão de fronteira, na cidade de Marechal Cândido Rondon. Tínhamos que reforçar o número de policiais do batalhão de Foz do Iguaçu para atender aquela região até Cerro Azul. Mas, além de não ser instalado o batalhão, na hora de autorizar a contratação, discrimina-se Foz do Iguaçu, dando metade dos homens que vão ser contratados, se comparados com Cascavel.

Então, senhor presidente, o que estou registrando historicamente, nesta Casa, é um fato inédito, relevante, e com certeza, expressa a preocupação e a vontade não só das lideranças de Foz do Iguaçu, mas de toda a comunidade iguaçuense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

Nossa fala é só para dar continuidade e eco ao que colocou o deputado Sérgio Spada: ou tomamos algumas atitudes e sensibilizamos o governo e o governo aja de forma firme e determinada com relação à segurança, ou estaremos caminhando, logo, logo, para grupos de extermínio, esquadrão da morte acontecido já com bastante presença no Paraná.

Há duas semanas a deputada Luciana Rafagnin subiu a esta tribuna e denunciou, pouco antes de a sociedade paranaense conhecer, o assassino em série de mulheres na região metropolitana, mais especialmente no município de Almirante Tamandaré. Dias depois, vemos a imprensa do Paraná trazendo os nomes de 7 policiais e um escrivão da delegacia de Almirante Tamandaré envolvidos nos assassinatos.

E nós não ouvimos nada da Secretaria. Não ouvimos em nenhum momento um posicionamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública a não ser dizer que o delegado foi negligente.

Ora, ontem os jornais do Paraná teceram as informações de que nos últimos dois anos foram eliminadas da Região Metropolitana de Curitiba, mais de cem pessoas do sexo masculino. E o que fez a Secretaria? Que trabalho desenvolveu? Que tarefa a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná encetou no sentido de averiguar e, pelo menos, constatar, para ver se não estamos criando, no Paraná, um segundo esquadrão da morte próximo àqueles que Fleury na década de 70 e 80 foi muito comentado?

Será que isto vai continuar acontecendo debaixo dos nossos olhos, deputado Edson e não estamos fazendo nada? O governo, os recursos que investiu na Secretaria de Segurança, são todos oriundos e frutos de convênios e transferência do governo federal. Mais de 60 milhões foram investidos, sim, mas 80% de todos esses recursos, inclusive os coletes que o governo faz propaganda na imprensa, dizendo que antes tinha 808 e agora tem para 80% da sua tropa, foram recursos transferidos pela Secretaria de Justiça e Cidadania da União.

Falta ao governo do Estado atenção para esta questão que é angustiante, não é só de Foz, é de Londrina, é da região metropolitana de Londrina, temos mais de 120 assassinatos. Só este ano, o ano passado fechou com 106. Hoje já se começa a cobrar pedágio em algumas áreas de periferia, e nós não estamos vendo nenhum pronunciamento sequer da Secretaria de Segurança, do delegado geral para que possa coibir esta situação.

Por isso, quero dar eco ao pronunciamento de V. Exa. e dizer que esta Casa tem duas medidas a tomar, no meu entender: primeiro, a Comissão de Segurança da Casa convidar o secretário e o delegado geral e todo o staff da Segurança Pública do Paraná, que venha aqui explicar como é que se assassina mais de 100 pessoas, só na região de Almirante Tamandaré, em dois anos, e não tem um pronunciamento da Secretaria, não tem um levantamento! Não se consegue apurar nem o crime do Dondinha!

E agora, a região de Cascavel tem aí a questão do deputado, ex-companheiro nosso, Tiago Amorim.

Ontem, se olhar o que definiu a família, através da sua irmã, Alice, vão ver que não pegaram ainda, pegaram o executor, mas estão atrás do mandante! E a Secretaria não tem nada! O Delegado Macorin não tem nada para dizer para a população do Paraná, a não ser que conhece o nome do assassino, mas, quem financiou? Será que o Sampaio teria os 40 mil reais para pagar? De onde vieram estes recursos? Então, todas estas questões precisam ser resolvidas e não se vê muita disposição da Secretaria, para fazer isso.

Por isso, senhor presidente, há que se ter uma ação desta Casa, e V. Exa. que assumiu ontem, entendo que seria de bom alvitre e não estou querendo passar lição para o presidente mas apenas como parlamentar, em fazer com que a Comissão de Segurança desta Casa pudesse trazer aqui e discutir com profundidade.

Uma outra questão que seria possível a nossa ação, a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Renato Gaúcho, que também pudesse interferir. Há necessidade da Comissão nossa de Direitos Humanos atuar, porque, caso contrário, vai vir da Câmara Federal, como já está acontecendo. Realiza-se desde o mês de setembro do ano passado uma CPI na Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, e nós também não conhecemos nada! É hora de convidar os membros daquela CPI para virem aqui trazer as informações, porque senão estarão levando para a Câmara Federal e a Assembléia Legisla-

tiva do Estado do Paraná, encostada, literalmente encostada no município de Almirante Tamandaré, não vai ter nenhuma informação!

Concedo o aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado José Maria, V. Exa. faz uma abordagem sobre um assunto palpitante, a segurança pública. Segundo as pesquisas de opinião pública, aqui em Curitiba, hoje a prioridade número um da população é segurança pública, não é nem o problema do emprego; 37% da população quer ver fortalecido o problema da segurança pública, que é uma esculhambação hoje a Segurança Pública do Paraná!

Além dos casos que V. Exa. já enumerou, poderíamos citar o problema dos policiais que estão denunciados como envolvidos na questão da corrupção para liberar as pessoas que assassinaram o prefeito de Santo André, Celso Daniel, lá em Maringá. Além disso tem Cascavel, tem Curitiba, nunca se teve, no Paraná tanto envolvimento de policiais civis e militares com o crime. Nunca! Desde a época da CPI do Narcotráfico, o Paraná ficou entristecido de ver o aparelho de segurança pública envolvido com o crime organizado do nosso Estado.

Agora, deputado José Maria, hoje o policial civil Adão Sampaio, dito pelo delegado Alexandre Macorin, como o mentor do crime do deputado Tiago Amorin, deu uma entrevista numa rádio de Cascavel a Rádio Coméia. E disse o seguinte “que ele não mandou matar, que o delegado Alexandre Macorin, tentou convencê-lo para que ele assumisse o crime”. Ele falou hoje na Rádio Colméia, de Cascavel.

Então, por aí dá para perceber que a Sra. Alice Novaes, irmã do deputado, está coberta de razão, que não chegou-se nem no início do esclarecimento desse lamentável, episódio; e o delegado Macorin está lá, em Paranaíba. Toda vez que ele vai ouvir alguém, ele sai de Paranaíba para Cascavel, sai de Paranaíba e vem para Curitiba. Ora! Como é que vai ter os instrumentos necessários para poder trabalhar com afinco, com competência, para esclarecer esse episódio?

De fato, deputado José Maria, V. Exa. que é um dos maiores deputados desta Casa, homem decente, tem toda razão, de levantar essa preocupação em relação à Segurança Pública do Paraná. Que está num verdadeiro flagelo, incompetentemente administrada. E a polícia aparecendo nas manchetes, não por seus feitos bons, mas em envolvimento com coisas erradas.

Então quero me somar à preocupação de V. Exa.

O Sr. Edson Strapasson

Quero cumprimentá-lo exatamente por esse pronunciamento, e dizer da necessidade emergencial que foi colocada aqui, de nós nesta Casa, nos manifestarmos e não nos omitirmos perante a grave situação que enfrenta o Estado do Paraná, especialmente a Região Metropoli-

tana de Curitiba, onde nós vemos a marginalidade crescente, a população desesperada.

Quero contar aqui um relato. Tivemos recentemente, uma audiência com o secretário de Segurança, onde entidades de organizações de bairros foram lá reclamar por segurança. E o secretário Tavares, de uma forma desrespeitosa com o cidadão, com a prefeita do município da região Metropolitana, comigo mesmo, como deputado, apenas colocava como se o fato de o governo do Estado do Paraná ter chamado aí, em torno de novecentos policiais de concurso passado, fosse um feito maravilhoso, que coloca a redenção do Estado do Paraná, com a questão de segurança pública.

Na verdade, a segurança hoje é um caos. Vemos um secretário que está perdido, e que hoje sequer quer ouvir o reclame da população. Nós tivemos um cidadão, proprietário de uma farmácia, assaltado por duas semanas consecutivas na rua, que teve até de certa forma um seqüestro relâmpago. Ele queria contar, senhores deputados, para o secretário de Segurança, o que ocorreu com ele, e o secretário, de uma forma desrespeitosa, vergonhosa para quem ocupa um cargo público, disse assim “Olha! se é algum assalto, algum seqüestro, alguma coisa, eu não quero nem ouvir. Me poupem de ouvir”.

Então, esse secretário deveria ser poupado de estar à frente de um cargo tão importante, num momento dramático, e o governo tem que parar com esse “faz de conta” de segurança, e enfrentar o problema de frente.

E aqui quero falar como deputado componente da Comissão de Segurança, aonde não tivemos há mais de anos nenhuma reunião, onde debatêssemos alguma questão importante.

Acho que não é nem essa Comissão, acho que é essa Casa, ou nós vamos nos posicionar em defesa do Cidadão, cobrando do secretário do governo do Estado uma posição efetiva, ou com certeza nós seremos avalistas dessa falta de segurança, desse desespero que impera, hoje, no Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba, com vários municípios aonde você, realmente, encontra uma situação desesperadora.

É esse o meu desabafo. Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, e dizer ao senhor presidente, da importância desta Casa, não entonando tom de Oposição ou Situação, mas, acima de tudo, exercer o nosso mandato que é em defesa do cidadão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte dos deputados Nereu Moura e Edson Strapasson.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Me concede um Aparte, deputado?

(Assentimento)

Senhor presidente e deputado José Maria Ferreira:

Acho que a maioria dos deputados têm conhecimento do que foi discutido na reunião secreta junto com o secretário de Segurança Pública e com o delegado Leo-

nil Ribeiro, chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, que contou com a presença também do delegado Alexandre Macorin e do comandante da Polícia Militar, Sr. Foltran.

Acho que o caminho das investigações, deputado Elio Rusch, da morte do Tiago Amorim, não convence a sociedade paranaense e aos deputados, sobretudo depois dos relatos que os deputados tiveram dos questionamentos na reunião secreta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

As revelações contidas nessa Sessão Secreta esbarram, contradizem, de certa forma, a linha de investigação e solução do caso do deputado Tiago Amorin. Mais ainda, mostra para todos nós, que uma série de questões não foram sequer consideradas, questões gravíssimas confirmadas pelo próprio secretário de Segurança Pública, não foram sequer consideradas pelo delegado Alexandre Macorin, me parece até que desconhecia algumas linhas de investigações que estavam acontecendo na cidade de Cascavel.

Então, somado ao fato do crime organizado estar se estruturando de forma audaciosa, pondo em risco, sobretudo, a vida de jovens na Região Metropolitana da nossa cidade, como exemplo de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Colombo, há um ano e meio atrás, São José dos Pinhais, Pinhais e Piraquara, onde só relativamente às vítimas testemunhas da CPI Estadual foram mortos vinte e cinco casos de queima de arquivo, na época muito bem denunciados pelo deputado Ricardo Chab.

Deputado José Maria e demais deputados, acho que a proposta levantada por alguns deputados na reunião secreta com o secretário da Segurança Pública e que ficou com um suspense no ar, talvez, seja o único caminho para que possamos elucidar melhor o que aconteceu na morte do deputado Tiago Amorim, e se foram policiais que tenham envolvimento aqui em Curitiba, como demonstram alguns depoimentos que foram tomados nesse processo e que até agora não foram relatados. Acho que se a Secretaria da Segurança e o delegado Alexandre Macorin não estão tendo força para prosseguir as investigações. Nada mais justo que a Assembléia Legislativa convoque uma CPI para ajudar no processo de investigação e para ajudar a elucidar o crime da morte do deputado Tiago Amorin e toda consequência que possa haver relativamente a essa morte.

Então quero dizer, deputado Nereu Moura, que V. Exa. na reunião secreta, diante da gravidade dos relatos confrontados na frente de todos os deputados, levantou a possibilidade de que se constituísse uma Comissão Parlamentar de Inquérito e essa proposta ficou no ar.

Quero dizer que se na segunda-feira, V. Exa. trouxe o requerimento, junto com o senhor sou o primeiro a assinar, para que a Assembléia Legislativa constitua uma Comissão e que levemos as investigações até as últimas consequências.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Ângelo Vanhoni:

A Casa não tem outra forma a não ser reagir, porque senão estaremos passando um verdadeiro recibo da omissão afirmada aqui pelo deputado Edson Strapasson.

Recentemente, senhor presidente, num levantamento feito pelo Setor, pela imprensa de Brasília, 65% dos assassinatos ocorridos na Capital Federal estavam envolvidos jovens de 14 a 19 anos.

É nossa juventude que está morrendo!

Morrendo nas mãos dos narcotraficantes, morrendo na mão daqueles que praticam a prostituição, dos que roubam e no ver do Governo no sentido de assegurar a vida, o respeito ao patrimônio a essas pessoas e a esses segmentos da sociedade.

O deputado Edson Strapasson tem, com certeza, no seu município, e ele já reclamou, um dos maiores índices de violência que é no bairro do Maracanã. E para aqueles que são, deputado Carlos Simões, Algaci Tulio que atuam na área, sabem o quanto aquilo é violento.

E onde está a violência?

Está entre os jovens!

E nós estamos vendo o narcotráfico correndo solto, a não ser, com felicidade na semana que passou, mais de três toneladas foram presas próximo à Ponte de Foz do Iguaçu, mostrando que o crime está solto, porque para cada um que pegam, passou vinte! Se pegou seis essa semana, já pensou deputado Cesar Seleme, quanto não foi internado no Estado do Paraná, no Estado de São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro, para que nós pudéssemos alimentar o crime da juventude?

Concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado José Maria, V. Exa. faz um pronunciamento, e fica claro para todos nós que o problema da violência não é mais um problema somente dos grandes centros urbanos.

Nós víamos até alguns anos atrás, sempre as notícias na área de segurança, sendo manchetes de jornais, principalmente, nas capitais dos Estados e nas grandes cidades.

Hoje, V. Exa. relata essa barbariedade que aconteceu em Almirante Tamandaré, nós vimos apartes de diversos deputados do interior que também falavam dos problemas sérios de segurança que vivem as suas cidades. E Guarapuava infelizmente, não foge a regra.

Para que V. Exa. tenha uma idéia, alguns dias atrás nós tivemos lá sequestro de um empresário, posteriormente, um novo sequestro. Dois seqüestros aconteceram em Guarapuava, assaltos, as pessoas inclusive nos bairros da cidade fazendo praticamente, toque e recolher, pedindo para que os filhos não saiam mais às ruas, na periferia de Guarapuava, às seis horas da tarde, quando escurece. Pelo grande número de assaltos que a população de Guarapuava vem sofrendo.

E o que é pior, deputado José Maria Ferreira, quero aqui aproveitar a ocasião, para deixar claro o meu voto de repúdio, à ação feita pelo Governo do Estado, pelo secretário de Segurança.

No próximo dia 11, teremos um concurso para Polícia Militar. E Guarapuava está excluída, apesar de todos esses crimes que vem ocorrendo, noticiados através da imprensa local e de conhecimento do secretário de Segurança, Guarapuava novamente, está excluída.

Dizem que as vagas que serão abertas não atenderão Guarapuava e toda região Centro-Oeste do Paraná.

Não prejudica só Guarapuava. Prejudica Laranjeiras do Sul, Pitanga, enfim, vinte e poucos municípios da região Centro-Oeste do Paraná, que são atendidos pelo Batalhão que lá está instalado.

Então, quero aqui deixar registrado esse voto de repúdio, como representante de Guarapuava e região Centro-Oeste do Paraná, e também dizer que essa discriminação em Guarapuava não vem acontecendo só na área de segurança. É na área da industrialização, na área da educação, enfim, o Governo do Estado realmente, está pregando aquilo que nós vimos anunciado nos jornais, que somente serão prestigiados os municípios cujos deputados seguem a orientação do governo do estado e cujos prefeitos também seguem a orientação cega do governo do Estado.

Lá em Guarapuava, nós temos um prefeito que está resistindo na Oposição, nós também fazemos Oposição na Casa e estamos sendo discriminados, mas na verdade não sou eu nem o prefeito que estamos sendo discriminados, é a população que nós representamos.

Então, quero que fique registrado o meu voto de repúdio como representante de Guarapuava e da região.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o vosso aparte, deputado Cezar Silvestri e se fizemos um mapa do Estado do Paraná, não sobra o litoral e nem sobra o noroeste do nosso deputado Nelson Garcia. Com certeza, deputado Nelson Garcia, na sua querida Umuarama, a região sofre os mesmos problemas e ainda mais pela proximidade com aquela área do Paraguai.

Mas, tenho alguns dados aqui que reforçam aquilo que havia firmado. Falta investimentos, determinação, política de segurança. Nós reconhecemos que o país vive, senhor presidente, um momento singular: tem dificuldades, a questão do emprego, a questão da baixa renda gera violência, gera todos os desdobramentos maléficos que a sociedade hoje vive a sentir.

Nós não podemos fazer um discurso que estamos deixando 880 milhões de poupança e estamos no outro quadro, na outra coluna social, uma situação de insegurança, uma situação de instabilidade social, uma situação em que daqui a pouco alguns municípios, em algumas regiões os empresários deixarão de investir, deixarão de transferir para lá as suas plantas fabris. Por quê?

Porque não têm segurança. Nós não vamos querer que aconteça com o Paraná o que hoje estamos vendo

acontecer com algumas regiões do Estado do Rio de Janeiro e com algumas regiões de São Paulo, onde os empresários procuram outros caminhos, outras plagas, para se safar da violência dos grandes centros. E é por isso que precisamos ter uma atitude agora, para que também não soframos as mesmas conseqüências e aqui passe a ser Rio-São Paulo, um dia deixou de ser bom o Paraná, e aí vamos fazer os investimentos, quem sabe, no Mato Grosso, quiçá no Mato Grosso do Sul e Goiás.

Mas, para corroborar com essas informações, senhor presidente e senhores deputados, tem uma série de convênios aqui firmados entre a Secretaria de Segurança e Programas, por exemplo: Convênio nº 16/2000, de 2000, aquisição de armas, coletes balísticos e algemas. O governo recebeu 1 milhão e meio de reais para a realização deste Convênio e apareceu 107 mil, deputado Ademir Traiano, de rendimento financeiro. Veja só o tempo que passou na mão do governo que não fez os investimentos e não fez as aplicações de segurança. Nem o governo federal remetendo para cá os recursos, eles foram aplicados na hora devida e, quem sabe, não é por isso que hoje temos a situação de segurança no plano que está? Cento e sete mil reais foram de rendimentos e deste valor o Governo do Estado, de um milhão e seiscentos, ele aplicou 25%, portanto quatrocentos mil reais: comprou 20 metralhadoras calibre 40; 1608 pistolas calibre 40; 985 coletes balísticos; e 20 algemas. E dessas 20 algemas o governo federal entrou com 15, porque o governo do Estado só entrou com 25%.

Se olharmos um outro Convênio, o nº 17/2000, objeto da aquisição: essas viaturas que o Governo faz propaganda e esquece de colocar que é convênio com o governo federal, faz aqui política barata e insubsistente para assegurar a segurança do nosso cidadão, porque sai aí a tiracolo com deputados para fazer a distribuição dessas viaturas. Cinco milhões e duzentos mil reais vieram do Governo Federal, num Programa de 8 milhões, só que esses cinco milhões e duzentos mil reais renderam 650 mil reais, deputado Hermes Fonseca. Por que rendeu seiscentos e cinquenta mil reais?

Porque o governo não fez aplicação no objeto que era a segurança! Deu mais de 10%! Portanto, ficou mais de um ano o recurso internado na Secretaria, ou na Tesouraria da Secretaria da Fazenda, e a segurança mesmo, não recebeu os recursos! Deste convênio foram adquiridas 162 viaturas para a Polícia Civil e 107 viaturas para a Polícia Militar, totalizando sete milhões oitocentos e noventa e um mil e trezentos e oitenta reais. A contrapartida do Estado foi em 39 veículos Land Rover, que são aqueles veículos para atuar na segurança rural, especialmente na região do deputado Elio Rusch, que é região de fronteira, onde existe um programa específico para atuar nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

O Convênio nº 18/2000, de valor de seiscentos mil reais, rendeu 67 mil reais de juros. Por quê? Porque ficou mais de um ano também no governo, e os recursos não foram aplicados na segurança, deste valor, objeto do con-

vênio, treinamento e qualificação de policiais civis e militares.

Ora, o governo do Estado não investiu nem em qualificação e treinamento da sua tropa, quem fez foi o governo federal, através do Ministério da Justiça! E aqui foram treinados mil e quinhentos homens da Polícia Civil, mas pelo que eu saiba a Polícia Civil não tem mil e quinhentos homens hoje na ativa. Precisa checar esses dados. Três mil policiais militares foram treinados, e deste valor, foram gastos 790 mil reais com a contrapartida de cento e vinte e dois mil e quinhentos e noventa, e através, com certeza, do fornecimento de logística, nem recurso mesmo lá foi aplicado, nesse projeto.

O Convênio 19/2000, no valor de um milhão quatrocentos e noventa e dois mil e seiscentos reais, apresentou na coluna rendimento, cento e vinte e nove mil cento e quarenta e três reais. Portanto, mais de um ano sem aplicação, e esses recursos, internados no Estado. Qual é o objeto? Aquisição de equipamentos para o Instituto Médico Legal. Quem for ao Instituto Médico Legal do Paraná sente vergonha!

Vou falar pela primeira vez aqui. Em janeiro do ano de 2001 teve um fato na minha família, perdi dois sobrinhos. E fui com tristeza reconhecer os corpos no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa. Encontrei lá os meus sobrinhos, ao lado de um cadáver que estava apodrecendo. Não tiro essa imagem da minha memória, porque não pode um Estado tratar esse setor com esse desprezo.

E agora eu vejo que os recursos estavam no Estado e o Estado não se preocupou em atuar nesta área. Não quero e nem desejo para ninguém o que eu vi lá, porque guardo na memória a figura desses dois entes queridos, e foi na sua cidade de Ponta Grossa, Zuk. Aquilo é um lixo, aonde as famílias têm que ir lá, na hora mais angustiada, no momento de mais angústia das suas vidas, têm que ir lá reconhecer, como eu fui.

Deputado Traiano, o seu governo tem responsabilidade e precisa assumir, porque esses recursos tem há mais de um ano, ficaram mais de um ano no caixa do governo, e quem sabe, fazendo politicagem com recursos públicos e não atendendo o princípio especial.

Quem for, vai, quem tem IML na sua cidade, quem é deputado, quem é representante vai dar uma chegada no IML - não dá para entrar pelo cheiro, pela má conservação e às vezes encontra o que eu encontrei. Desculpem o desabafo.

Aquisição de equipamentos, valor - um milhão, quatrocentos e noventa e dois; diversos equipamentos para o IML, 144; não diz o que é, mas continua numa situação triste. Convênio, vinte zero zero, três milhões, duzentos e sete, remetido pelo governo federal.

Todos esses valores maiores são remetidos pelo governo federal, valor total, quatro milhões, duzentos e cinquenta e um, setecentos e trinta e um mil reais, contrapartida do Estado: 649 mil; 572 - rendimentos: juros-394.849.

Aqui mostra, senhores, que o governo do Estado está buscando rendimento, deputado Waldyr Pugliesi, numa situação aonde a população do Estado do Paraná ou paga com a vida ou paga com a insegurança ou paga com alguns momentos que não dá sequer para que nós possamos pensar que isto possa existir no Estado que o governo pleiteia, para o país inteiro como sendo o lugar do Éden, do Paraíso, que aqui as coisas acontecem. Eu sou paranaense e gosto, adoro o meu Estado, mas reconheço que o governo tem que fazer muito para que nós possamos chegar.

Os três milhões, duzentos e sete, tinham informatização da Secretaria de Segurança e da Ouvidoria. Vocês já foram à delegacia, deputado Vanhoni, é a sua cidade, o senhor já foi a delegacia aqui do Segundo Distrito, se não me falha a memória, aqui do Dom Bosco? Uma casa alugada e não tem sequer papel de expediente para poder fazer os boletins de ocorrência. Lá uma máquina Remington, do início do século, aquelas pretinhas que tem a máquina que está lá, até há algumas semanas atrás. E sabe quanto que veio do governo federal para que pudessem fazer esses investimentos na informática? Três milhões, duzentos e sete mil trezentos e dez. Entretanto, esta semana tem uma publicação da loteria do Paraná, de três milhões para informatização e agora tem mais outra de quinze milhões - dezoito milhões que eu estarei denunciando na próxima semana. Estamos atrás das informações e dos dados.

Contrapartida do Estado aqui na questão da informatização, seiscentos e quarenta e nove mil foram executados, equipamentos de informática, 997 equipamentos. Convênios, 116 - valor dois milhões de reais transferido pelo governo federal, rendimentos 271 mil reais. Objeto, obra, reparos e ampliações em delegacias e cadeias públicas e equipamentos para cadeia pública de Londrina.

Londrina, o delegado que veio de lá da região, deputado Ademar Traiano, achou uma forma inusitada de reduzir o crime na cidade e região metropolitana de Londrina, deixou, impediu que a imprensa tivesse acesso aos boletins de ocorrência, deixou de ser publicado os crimes acontecidos e portanto, aos olhos da população, deputado Waldyr Pugliesi, reduziu o crime da região porque deixou de ser noticiado.

Entretanto, o Estado obteve rendimento de R\$271.422 mil reais a título de aplicação. O delegado que saiu teve que voltar com os presos para distritos e o de Fazenda Rio Grande teve que colocar em "containers" e o governo com dinheiro para poder fazer reforma e ampliação das delegacias!

Senhor presidente, concluo o meu pronunciamento a respeito da segurança, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. fala no horário do PDT, agora.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado.

Ficou a aquiescência do líder do PDT.

A Embrapa está completando agora o seu 29º ano de existência. A região de Londrina é sede de um dos maiores centros de pesquisa do país, que é justamente o da soja. Depois da constituição da Embrapa, em 1973, a nossa agricultura deu um salto de qualidade, deputado Ângelo Vanhoni, incomparável em qualquer outra parte do mundo. A Embrapa hoje se constituiu na segunda maior empresa de pesquisa do mundo., na área em que ela atua.

Estamos apresentando, aqui, deputado Pessuti, um voto de congratulações pelos 29 anos de atuação de pesquisa, tanto do Paraná como do país é um momento de grande importância para o nosso Estado. Quando a empresa atua por intermédio de 37 centros de pesquisa, 3 serviços e 15 unidades centrais, presente em quase todos os Estados da Federação, nas mais diferentes condições ecológicas.

No Paraná a Embrapa possui 2 unidades de pesquisa: a Embrapa Soja, que é o centro Nacional de Soja, em Londrina; a Embrapa Floresta em Colombo, na cidade vizinha da Região Metropolitana.

Para chegar a ser uma das maiores instituições de pesquisa do mundo tropical, a empresa investiu sobretudo, no treinamento de recursos humanos, possuindo, hoje, 8.530 empregados, dos quais 2.045 são pesquisadores. 47% são detentores de título de mestrado e 49% detentores de título de doutorado, operando um orçamento da ordem de R\$660.000,00. Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, constituído por instituições públicas federais e estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que de forma cooperada executam pesquisas nas mais diferentes áreas geográficas e campo do conhecimento humano.

Senhor presidente, a oferta de carne bovina, suína, foi multiplicada por três vezes, enquanto que a de frango, a partir das pesquisas, aumentou em dez vezes a produção de leite aumentou dos sete bilhões e novecentos milhões de litros, da sua criação e implantação- para vinte bilhões e trezentos milhões de litros, em 2000.

A produção brasileira de hortaliças elevou-se de nove toneladas, em uma área de 700 mil hectares, em 1980, para 14 milhões de toneladas, ocupando uma área de 850 mil hectares em 99.

Além disso, programas de pesquisa específicas conseguiram organizar tecnologias e sistema de produção, para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agro-negócio, garantindo melhoria, que trouxemos à apreciação do plenário, esse requerimento e para o qual solicitamos a sua aprovação.

Agradeço ao presidente, à mesa, e ao Plenário, pela compreensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós temos a presença na Sessão de hoje e a pedido do ex-presidente da Assembléia, deputado Orlando Pes-

suti, que trouxe à tribuna o padre João Maria da Rocha Santana, o padre Joãozinho, de Lunardelli, que gostaria de falar um pouco sobre Lunardelli e fazer um convite para os senhores deputados.

Está com a palavra o padre Joãozinho.

O SR. JOÃO MARIA DA R. SANTANA

É uma alegria muito grande estar nesta manhã, neste local, onde nós temos um grande compromisso a nível de Paraná, senhores deputados, que a gente está aqui exatamente para agradecer, primeiro de tudo.

Agradecer o deputado Miltinho Pupio, que dá assistência a toda nossa região, e de maneira especial o deputado Pessuti que trouxe a todos os senhores, a transformação do nosso pólo turístico-religioso à cidade de Lunardeli.

Tenho visto por aí cartazes falando da festividade de Santa Rita, e durante esses 8 anos Lunardeli, transformou-se realmente num pólo turístico-religioso, onde recebemos de todo nosso Paraná, fora do nosso Estado também muitas romarias que vêm a este local para fazer a sua devoção, fazer a sua oração e estar conosco durante a festividade. Isto acontece todos os meses, no dia 22 de cada mês. Aos domingos, nós recebemos um número muito grande de romeiros e que peço aos deputado que olhem com muito carinho por todo esse acontecimento do nosso Paraná, e nós estamos com a festividade Santa Rita marcada para os dias 17 a 22 de maio. É o mês da padroeira, é o mês da festividade, onde reunimos número bastante grande de romeiros.

Também gostaria de dizer que nessa pequena cidade de 5.700 habitantes, nós temos recebido mensalmente milhares de pessoas, romeiros, devotos, visitando a nossa cidade. Já chegamos a receber uma quantidade de 300 ônibus num dia 22, quando caiu no domingo, portanto, o número de romeiros, o número de pessoas que realmente passa por nosso santuário é um número bastante grande.

Então, quero agradecer, quero convidar a todos os deputados para olharem com o carinho que sempre olharam, com muito respeito e tranqüilidade para o nosso município, Lunardeli.

Quero agradecer o deputado Pessuti por este convite e a todos os senhores deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Não poderia esta Casa ficar alheia ao fato que transcorreu nesta capital na manhã de ontem, onde o senador Osmar Dias, numa demonstração inequívoca de

que política se faz somando, esteve presente no auditório do Teatro Fernanda Montenegro, com centenas de prefeitos.

Tivemos conhecimento em mãos de um abaixo assinado de mais de 300 prefeitos que apóiam a recondução do senador Osmar Dias ao cargo mais alto, representativo de nosso país qual seja o de senador, no setor legislativo.

Lá compareceram integrantes de diversas agremiações partidárias, o PT, o PMDB, o PTB, o PSDB, o PDT, alguns setores do PL, o PPS. Enfim, todas as agremiações partidárias ali estiveram numa demonstração de reconhecimento a um trabalho sério, competente e, acima de tudo, voltado sempre aos interesses do nosso Estado. Quando alguém que não conhece o trabalho do senador Osmar Dias, atinge ou tenta atingir os três senadores do Paraná que nada fizeram de apoio ao governo do Estado, está totalmente equivocado. Os senadores do Paraná não concordaram e não concordam com os desmandos administrativos e, principalmente, com a dilapidação do patrimônio público construído no Estado do Paraná, por diversas gerações.

Fosse do primeiro governador do nosso Estado a esse atual, todos somaram com o Paraná e os três senadores, o Requião, o Álvaro e o Osmar Dias, sempre somaram com a família paranaense. Não concordaram com aquilo que nós também não concordamos, citando como único exemplo, a Copel.

Aqui estiveram assentados na nossa tribuna de honra, os senadores dentro do Plenário, aqui estiveram eles andando e tentando convencer aquilo que todos nós sabíamos. Só alguém que não enxerga, só alguém que não tem uma visão para a futura geração, é que aqueles três senadores aqui estiveram, tentando demover aqueles votos que, com a graça de Deus e com a perseverança da Bancada do povo, conseguimos fazer com que a Copel continuasse sendo nossa.

E, qual foi a nossa surpresa? Aqueles mesmos que defendiam a sua venda, hoje, para que, como aqui me antecedeu o Padre Joãozinho de Lunardeli, parece que de um milagre, acontecido não sei por qual santo, mudaram de opinião, e vieram somar conosco dizendo que a Copel não pode ser vendida.

O Sr. Augustinho Zucchi

V.Exa. permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Zuk, apenas gostaria de me somar ao seu pronunciamento, pelo fato histórico e político acontecido ontem aqui na nossa capital e realmente evidenciar duas coisas.

A primeira, que prefeitos com as suas peculiaridades municipais, com seus problemas que são próprios, com as suas ligações políticas que são normais, até porque todos pertencem a partidos que não são coincidentes nos seus programas e até diferentes nas suas caminhadas de propostas políticas e disputas políticas, nós vemos que

os prefeitos do Paraná, num ato de coragem, de discernimento, realmente procuram valorizar uma figura que é respeitada no Paraná e em todo o Brasil, que faz um trabalho excepcional no Congresso Nacional, enquanto Senador, que, por onde passou, sempre fez um trabalho com extrema competência, uma pessoa de palavra, um homem realmente de retidão de caráter e que recebe suprapartidariamente o apoio de grande parte dos prefeitos do Paraná.

Estão de parabéns os prefeitos por tomarem essa atitude e apenas dizer que, como conheço bastante e tenho amizade pessoal com o senador Osmar Dias, além da ligação política, realmente homenageio uma pessoa que merece essa homenagem, porque se trata de um homem que tem um trabalho e conduta exemplares, do ponto de vista político, uma ética, e realmente é uma das figuras que hoje tem a respeitabilidade de toda a população do Paraná e esse ato dos prefeitos rompe com uma barreira importante e que nem tudo é esquema, nem tudo é dinheiro, nem tudo é confusão, nem tudo é interesse próprio. Tem, sim, o interesse maior do Paraná e as lideranças e a população sabem evidenciar e sabem reconhecer quando, obviamente, o cidadão, um político, uma liderança como o senador Osmar Dias pode representar suprapartidariamente o interesse maior do Estado do Paraná. E, realmente, para nós é uma alegria, porque fazemos parte do grupo político que faz parte o senador Álvaro, o senador Osmar, que são pessoas que têm o respeito da população do Paraná.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente, agradeço o aparte do deputado Augustinho Zucchi e queria concluir dizendo que aqueles que realmente não gostam deste Estado, que olham só para um lado que é, realmente, o lado do interesse pelo qual possam auferir alguma vantagem é que não vêem nos senadores Osmar Dias, Álvaro Dias e Requião, aquela posição reta, realmente de encontro com a razão, com a decência, com a honestidade e, principalmente, com o propósito de somar com as coisas certas, divergir e apontar as coisas erradas deste governo que aí está.

Tenham a certeza absoluta, senhor presidente e senhores deputados, que no próximo dia 6 de outubro tudo isso que estamos vendo, vai ter uma análise, e a análise já está estampada naquilo que é vontade do povo do Paraná, que é mudar. E mudar para melhor, somando as coisas boas do atual governo, mas transformando aquelas más intenções que teve o atual governo de dilapidar o patrimônio público do nosso Estado, fazendo com que o Paraná continue mais forte.

Os senhores servidores tenham a satisfação e o orgulho de pertencerem à família que constrói o Estado, tendo um salário condizente e uma respeitabilidade mútua de quem governa com aquele que trabalha para o Estado do Paraná.

E aqui, nesta Casa, aproveitando senhor presidente, a sua passagem como presidente, sabemos que virá, oportunamente, um plano de cargos e salários, tanto do Judiciário quanto do Executivo e queria que V. Exa. com a Mesa Executiva também fizesse, dentro desta Casa, aquilo que de há muito tempo já deveria ter sido feito, que é o restabelecimento de um vencimento condigno ao servidor público deste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Antes de passar à Ordem do Dia, conforme requerimento aprovado na tarde de ontem, instituindo uma Comissão Especial para tratar de assuntos relacionados aos cegonheiros junto à Renault. Nós designamos os deputados Neivo Beraldin, Algaci Tulio, Edson Strapasson, Fernando Ribas Carli, e Divanir Braz Palmas para integrar esta Comissão e convidamos o vice-presidente, deputado Augustinho Zucchi para que faça a instalação desta Comissão.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que isenta do pagamento de taxa de vestibular alunos egressos de escola pública estadual. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1009, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para parecer da Comissão de Educação. **Deferido.**

Fica portanto retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 233/99.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação a emenda aprovada em segunda discussão. **Aprovada.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Dezessete (17) deputados aprovam; com o presidente 18 (dezoito).

Não há quórum para deliberar apenas para continuar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 992, de autoria do deputado Neivo Beraldin, com apoio dos deputados Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Luiz Carlos Zuk e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando formação de uma Comissão Especial Externa, composta por 05 (cinco) membros, para tratar de assuntos relacionados aos cegonheiros, junto a fábrica Renault do Brasil em São José dos Pinhais. Deputados designados: Neivo Beraldin, Algaci Tulio, Edson Strapasson, Fernando Ribas Carli e Divanir Braz Palma.

Requerimento nº 1006, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1013, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1018, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1019 de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a presente Sessão, convidamos os senhores deputados para a Sessão Solene, hoje às 18h30min em homenagem ao trabalhador.

A Sessão de quinta-feira será destinada ao trabalho das Comissões.

Marca-se Sessão Ordinária para 2ª feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia constante na presente Sessão de hoje.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, ontem o deputado Waldyr Pugliesi, no seu pronunciamento, falava da necessidade de que nós tivéssemos um meio de dificultar a concessão de títulos de cidadania honorária e benemérita. Até pedi um aparte ao deputado Waldyr Pugliesi, porque tem um projeto de resolução, aprovado nesta Casa, de minha autoria, que limita o número de títulos de cidadania benemérita aos partidos políticos, tirando a possibilidade de a iniciativa ser do deputado e sim dos partidos políticos.

Esse projeto está em vigor e eu pediria à Mesa se pudesse nos passar o número de títulos aprovados desde este projeto e se essa lei está sendo cumprida, porque eu tenho me questionado e, se não me falha a memória, em alguns casos já houve senso.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Dentro do assunto de cidadania benemérita e honorária, eu queria encarecer a V. Exa. que junto com a assessoria verificasse a possibilidade de nós, na semana que vem, deliberarmos sobre a concessão de título de cidadania benemérita a dois ilustres paranaenses cuja proposta vem por meio da bancada do PMDB, que é a nadadora Daílsa Damas e o alpinista Waldemar Niclevicz, que são dois paranaenses que certamente ilustram com seu trabalho e com as suas eficiências o Estado do Paraná, diferente talvez do comportamento de outros que possam ter recebido cidadania e que foi ontem aqui questionado pelo deputado Waldyr Pugliesi.

Eu tenho convicção que estes dois paranaenses tem enaltecido o Paraná, pelo mundo afora.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Pessuti, nós vamos levantar isso junto à assessoria, para que seja incluído nas próximas Sessões.

Deputado Cezar Silvestri, V. Exa. vai ter as informações que solicitou.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 579/2001; 034, 035, 126 e 135/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109, 212 e 381/2000; 112, 271, 299, 363, 679, 696/2001; 091/2002; 645, 646, 651, 665/2001; 030, 037, 071, 093, 117, 122, 146, 166, 170, 171, 172, 178, 185, 186, 191 e 192/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes, presidida pela senhora secretária da Educação Alcyone Saliba, mais a presença dos seguintes senhores deputados: presidente Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Duílio Genari e Algaci Tulio. A senhora secretária deu início à Sessão, esclarecendo o processo de intervenção nas escolas estaduais Cecília Meireles e Lisymaco Ferreira da Costa, motivo da solicitação desta audiência. Usaram da palavra primeiramente, a assessoria da secretária, senhora Kika, senhor Cláudio Bonfati, a ouvidora geral senhora Tânia. Na sequência, os senhores deputados membros da Comissão, fizeram suas indagações e questionamentos que foram respondidos pela senhora secretária e sua assessoria, conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Em seguida participaram da reunião os pais de alunos das referidas escolas, esclarecendo e solicitando urgência no processo. Logo após, foram chamadas as professoras para prestarem esclarecimentos sobre o processo eleitoral da Escola Cecília Meireles. A senhora secretária e o senhor presidente deputado Ângelo Vanhoni, encerraram a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Algaci Tulio e José Maria Ferreira. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 598/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer no sentido de transformar em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Educação - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 527/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL

na forma da Emenda Substitutiva Geral - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 01/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 62/2001. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Relator: deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 108/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Relator: deputado Duílio Genari. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 520/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Relator: deputado Chico Noroeste. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 531/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator: deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 539/2001, de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer. Relator: deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 576/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator: deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 94/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator: deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 98/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator: deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Algaci Tulio e José Maria Ferreira. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 319/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator: deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS ALIMENTOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dois, às 09h30min, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, no plenarinho, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Augustinho Zucchi, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Elli Ghellere, Serafina Carrilho e Luciana Rafagnin. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, agradece a presença de todos, salientando que a reunião de hoje seria para discutir a apresentação do relatório preliminar que será apresentado na reunião do próximo dia 11 de abril em Londrina. Passando a palavra ao senhor Osmar Buzinhan, que teceu comentários e apresentou os resultados obtidos até o momento, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e dois, às 10h30min, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no Parque de Exposições Ney Braga, em Londrina, no recinto José Garcia Molina sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Miltinho Pupio, Antonio Carlos Belinati, Hermes Fonseca, Ricardo Maia, mais as presenças do deputado de Minas Gerais, João Batista de Oliveira; deputado de Goiás, Geraldo Lemos e do deputado Federal Moacir Michelleto. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, salientou que muito trabalho ainda será feito, e que o primeiro passo foi dado, as ações preliminares foram desenvolvidas e que os resultados das audiências públicas foram esclarecedores e de suma importância para o desenvolvimento dos trabalhos, explicou ainda, que foram ouvidos os produtores, os responsáveis pela Tetrapak, e os representantes das grandes redes de supermercados Wall Mart, Sonae, Carrefour, Pão de Açúcar, etc. Em seguida o relator salientou que o relatório não foi concluído devido a espera dos inúmeros documentos que foram solicitados às grandes redes, visto

que as mesmas pediram dilação de prazo para encaminhar os documentos. Comentou que a CPI não tem caráter político, e o empenho para realizar um importante trabalho está sendo realizado. Silvestri agradeceu a todos, principalmente os técnicos que estão ajudando na finalização dos trabalhos, explicando que os trabalhos estão sendo realizados em duas etapas, a primeira avaliativa e a segunda investigativa. Em seguida o deputado Orlando Pessuti comentou da importância do leite na merenda escolar, e do desejo de estimular a exportação para mercados da África e América do Sul. Em seguida o deputado de Goiás, Geraldo Lemos, cumprimentou a Mesa e salientou que os grandes prejudicados são os produtores que estão sendo explorados, exigindo respeito aos produtores de leite, comentou que presenciou produtor às lágrimas pois não conseguia sustentar os filhos. Salientou que na CPI de Goiás ouviu as donas de casa que estavam comprando refrigerante ao invés de leite, devido ao preço do leite nos mercados. Comentou que encaminharam documentos ao Ministério Público Federal e Estadual, e ao governador do Estado com denúncias sobre a evasão fiscal. Salientou que são necessários novos investimentos para o leite, pois não estão suportando as práticas que a Nestlé está realizando com os produtores goianos, pediram revisão dos incentivos no setor, principalmente nas regiões comandadas pelas multinacionais. Comentou que os produtos clandestinos concorrem com os produtos de qualidade prejudicando os consumidores. Disse que é preciso tomar medidas contra o monopólio da Tetrapak, pois os mesmos vendem produtos a preços que estabelecem, exigindo respeito e justiça no setor e no mercado. Em seguida o deputado de Minas Gerais, João Batista de Oliveira, comentou que em Minas Gerais os produtores de leite enfrentam os mesmos problemas com as grandes cooperativas e supermercados, salientando que 30% da produção de leite no país é destinada ao queijo de minas, o qual possui lei específica. Explicou que da produção mineira, 30% é para Minas e 70% é para os outros Esta-

dos. Disse ainda que dia 15 de abril a CPI do Leite de Minas Gerais vai entregar provas de cartel das indústrias ao Ministério Público. O presidente comentou que deseja uma Comissão Permanente de Alimentos, para que possa vigiar o caminho do leite do produtor até o consumidor, salientando que dia 16 todos os presidentes das CPI's estarão na Câmara Federal, em Brasília, para pedir providências. Dada a palavra ao deputado federal Moacir Michelleto, comentou que esteve reunido com o Ministro da Agricultura pedindo providências, mostrando sua disposição em elaborar um relatório sucinto dos relatórios de todas as CPI's. Disse ainda que vai somar todos os esforços para instaurar uma CPI nacional. Em seguida Ronei Volpi, presidente da FAEP, falou em nome dos produtores, associações, que confiam nos trabalhos e esperam contribuir para a construção de um segmento melhor. O deputado José Maria falou que tudo o que estiver ao alcance e for da competência da Assembléia Legislativa, será realizado. Após o presidente registrou a presença do deputado federal Abelardo Lupion, integrante da Comissão de Agricultura. A deputada Serafina Carrilho parabenizou todas as mulheres, técnicos, técnicas. Em seguida o deputado federal Abelardo Lupion comentou que é autor de um projeto sobre as importações predatórias do leite, salientando que esteve conversando com o ministro da Agricultura, pedindo providências. Explicou que conhece o dia-a-dia do campo, pois é produtor, e por fim agradeceu a todos. O deputado relator Cezar Silvestri agradeceu as entidades, e os técnicos na elaboração dos resultados preliminares. Demonstrou o orgulho de ser paranaense, dizendo que enfrentaremos obstáculos, mas que o objetivo será alcançado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária